Isenção de ICMS para inclusão digital



Patrícia Mendes, de São Paulo

O governo federal decidiu jogar pesado para modificar o cenário de acesso à internet no Brasil. E já conta com a iniciativa de alguns estados que colocaram na rua seus próprios projetos, na tentativa de ampliar os serviços de acesso rápido à rede mundial de computadores. Em abril do ano passado, um convênio selado no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) autorizou os governos estaduais a concederem isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na prestação de serviço de banda larga no âmbito do Programa Internet Popular. O benefício está condicionado a que a empresa prestadora forneça, incluídos no preço do serviço, todos os meios e os equipamentos necessários. E que o preço total não ultrapasse o valor mensal de R$ 30.

Até agora, Pará, São Paulo e o Distrito Federal aderiram ao convênio, mas o Rio Grande do Sul também estuda essa possibilidade. Os planos estaduais ainda engatinham, mas os gestores comemoram os avanços. "A adesão do governo paraense a esse convênio possibilita que a internet se torne muito mais acessível à população, mesmo que isso ainda leve algum tempo para acontecer", afirma o secretário da Fazenda do Pará, José Raimundo Barreto Trindade. "Vamos participar desse esforço em todos os estados que darão a isenção do ICMS e onde a Net opera", afirma Marcio Carvalho, diretor de Produtos e Serviços da operadora. A empresa comemora a marca de 100 mil clientes da internet banda larga popular, com redução de um quarto do preço final por meio da retirada do imposto.

A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo fechou em janeiro com a Net e o Grupo Telefônica um acordo que habilita as empresas a oferecer pacotes completos de acesso rápido à rede mundial de computadores dentro do Programa Banda Larga Popular, do governo paulista.

O Banda Larga Popular foi lançado em outubro de 2009, com o objetivo de facilitar o acesso dos paulistas à internet de alta velocidade. O plano zerou o ICMS para as operadoras que aderissem ao programa. Em contrapartida, deve ser oferecido a no máximo R$ 29,80 por mês um pacote com um *modem*, instalação e serviços de provedor com velocidade entre 200 kbps e 1 Mbps, sem restrições de horário ou tráfego de dados. Até o momento, o programa paulista está disponível apenas para pessoas físicas.

A expectativa do governo local é a de que pelo menos metade das residências no estado passe a contar com internet de alta velocidade — hoje a cobertura chega a 31,4% dos lares —, o que também servirá para aumentar a integração dos serviços *on-line* oferecidos pela administração estadual, como o sistema da Nota Fiscal Paulista e o Emprega

São Paulo. "A internet rápida é uma importante ferramenta de desenvolvimento social e econômico. Portanto, essa iniciativa vai contribuir ainda mais para o progresso de São Paulo", disse o secretário de Gestão Pública, Sidney Beraldo.

Antes da Telefônica, a operadora Net aderiu ao programa paulista, e hoje comemora 100 mil clientes na chamada banda larga popular, e que garante o aumento das velocidades, de 200 para 512 Kbps, pelos mesmos R$ 29,80 ao mês. "Graças à iniciativa do governo de São Paulo e ao sucesso que tivemos até aqui, a Net é a primeira operadora privada de telecomunicações a viabilizar uma banda larga com Meio Mega por menos de R$ 1 por dia", comenta Marcio Carvalho, diretor de Produtos e Serviços da Net.

A partir da isenção de impostos, as operadoras conseguem margens para promoções que ampliam o escopo inicialmente planejado para o programa. "Na Net, a 'era do Kbps' chegou ao fim. Temos a opção de Meio Mega, que pode ser adquirida individualmente, porém vira um mega quando o cliente assina um combo com TV e telefone. Queremos implantar essa mesma oferta em outros estados onde operamos, assim que exista o mesmo incentivo que o governo paulista concede", afirma Carvalho.

Segundo o executivo da Net, as perspectivas da parceria entre setores público e privado é a melhor possível, dado o crescimento de renda de camadas populares e o interesse da população pela internet. "Nossas pesquisas mostram que os brasileiros de menor faixa de renda veem o acesso à rede como ferramenta de educação e cultura, e querem oferecer isso a seus filhos em idade escolar", comenta. Carvalho enfatiza que ao lado da redução dos tributos, também é importante o incentivo governamental para ampliar a concorrência entre os prestadores de serviços. "É a conjugação desses fatores que vai melhorar a qualidade e os preços para os consumidores", completa.

Pará e DF

O programa paraense tem o mérito de atender a uma região onde o acesso à internet ainda é restrito a pouco mais de 3% da população. Já são cerca de 100 infocentros, mais de 1.500 órgãos públicos interligados e integrados em Belém e 63 cidades do interior do Pará. A iniciativa, porém, ainda não funciona para residências, dada a escassa infraestrutura de distribuição e, em consequência, falta de atratividade no negócio para as operadoras.

Mesmo assim, o secretário de Fazenda do Pará destaca os benefícios do programa e considera as ações já implantadas um primeiro passo. "Com a integração, delegacias e hospitais têm contato direto com as de outros municípios dentro da rede; 600 escolas já estão interligadas, além dos telecentros de negócios, nos quais produtores e cooperativas podem fazer cursos de qualificação à distância, e podem também comprar, vender e divulgar produtos e insumos pela internet", comenta o secretário Barreto Trindade.

No Distrito Federal, o Projeto Brasília Digital — *Wireless* (internet pública sem fio) foi aprovado em 2007, ainda antes do convênio do Confaz. Em 2008, o governo federal referen-

O governo federal decidiu jogar pesado para modificar o cenário de acesso à internet no Brasil, concedendo isenção de ICMS para serviços de banda larga voltados para internet popular

dou apoio ao programa, mas os problemas políticos envolvendo o então governador José Roberto Arruda (DEM) deixaram a iniciativa em suspenso. Agora, está prevista para dezembro a liberação dos recursos para implantação do plano, que pretende atingir toda a população do Distrito Federal, de 2,5 milhões de pessoas. "É o maior projeto de banda larga para a população, sendo a primeira capital totalmente 'iluminada' com Internet sem fio para acesso público", informa Silvio Roberto Sakata, subsecretário de Inclusão Digital, Inovação e Gestão da Infraestrutura da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal.

Apesar do entusiasmo com o projeto do governo do Distrito Federal (GDF), Sakata revela alguns problemas com a implantação do convênio do Confaz. "Não estamos vendo mobilização das empresas na busca da desoneração do ICMS para levar banda larga fixa às cidades do Distrito Federal. Por isso, a Secretaria de Ciência e Tecnologia implantou o DF Digital — Inclusão Digital, Social e Tecnológica, beneficiando, com internet móvel, diversas comunidades carentes cujo nível de exclusão digital chegava a 77%", afirma o subsecretário.

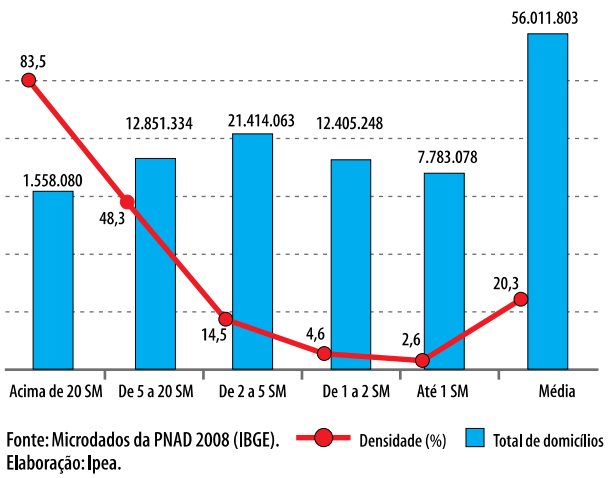
A expectativa do governo paulista é a de que pelo menos metade das residências no estado passe a contar com internet de alta velocidade — hoje a cobertura chega a 31,4% dos lares

Passo decisivo

Embora as iniciativas estaduais prometam efeitos positivos no futuro, o grande passo que o mercado aguarda está mesmo na iniciativa do governo federal. A meta do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) é transformar até 2014 a atual situação de ineficiência e pouca competição do setor, ampliando a rede de banda larga e evitando um colapso da infraestrutura de comunicação necessária para os trabalhos da mídia durante a Copa do Mundo. A conta é simples: o PNBL pretende elevar os acessos fixos e móveis, hoje em 11,8 e 11,9 milhões, respectivamente, para 30 e 60 milhões, totalizando, portanto, 90 milhões de acessos de alta velocidade à rede mundial.

O diagnóstico sobre a situação da internet no Brasil,

Domicílios com acesso à internet em banda larga (%) e total de domicílios por faixa de renda domiciliar (em salários mínimos) – 2008



Fonte: Microdados da PNAD 2008 (IBGE).
Elaboração: Ipea.

elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), revela que o serviço hoje é caro — o gasto com banda larga na renda mensal *per capita* no país chega a 4,5%, contra apenas 1,68% na Rússia e 0,5% nos países desenvolvidos —; concentrado em apenas 21% dos domicílios, localizados principalmente no Sul, Sudeste e Centro-Oeste; e lento — 34% das conexões são de até 256 kbps e apenas 1% das conexões são superiores a 8 Mbps.

Em dezembro de 2008, o número de acessos à internet por banda larga fixa atingiu 9,6 milhões de acessos, o que correspondia a cerca de 17,8 acessos para cada cem domicílios ou 5,2 acessos para cada cem brasileiros. É verdade que o serviço vem ganhando espaço nos últimos anos — a taxa anual média de crescimento foi de 49% entre 2002 e 2008 —, mas um sinal amarelo aparece quando se observa a forte desaceleração desse crescimento a partir de 2004. Na comparação com Argentina, Chile, China, México e Turquia — nações que em diversos aspectos apresentam condições semelhantes às encontradas no Brasil —, o nível de penetração da banda larga no Brasil é o mais baixo do grupo.

O acesso à internet está no âmago dos processos de desenvolvimento econômico. Segundo estudo do Banco Mundial (Bird) realizado em 2009, cada dez pontos percentuais a mais de penetração da internet em um determinado país correspondem hoje a um incremento de 1,3% no Produto Interno Bruto (PIB) desta nação.

Com meta ambiciosa — chegar aos 90 milhões de acessos até 2014 significa alcançar um nível de teledensidade próximo de 50 acessos por cem domicílios, isso é, metade das residências brasileiras —, a iniciativa do governo federal pressupõe investimentos vultosos e uma ampla gama de desoneração de impostos. Inicialmente, a previsão é de utilização anual de R$ 11,36 milhões provenientes do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para pequenas e médias prestadoras; R$ 770 milhões em desoneração de PIS/Cofins para modems; R$ 3,75 milhões na ampliação da redução de 95% para 100% da alíquota de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para equipamentos de telecomunicações com tecnologia nacional.

Além disso, também estão garantidos aportes de recursos da ordem de R$ 1,75 bilhão do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel); R$ 3,22 bilhões da capitalização da Telebrás; R$ 6,50 bilhões em crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiamento e aquisição de equipamentos de telecomunicações de tecnologia nacional com condições diferenciadas; e R$ 1 bilhão para micro, pequenos e médios prestadores de serviços de telecomunicações e *lan houses*, via Cartão BNDES.

As pesquisas revelam que o brasileiro já foi conquistado pela internet — o usuário verde e amarelo está entre os que usam mais intensivamente os serviços disponíveis na rede mundial de computadores (30 horas e 13 minutos mensais). Falta agora massificar a oferta de acessos e promover o crescimento da capacidade da infraestrutura de telecomunicações do País.

Estudo do IPEA mostra que o gasto com banda larga na renda mensal *per capita* no país chega a 4,5%, contra apenas 1,68% na Rússia e 0,5% nos países desenvolvidos